

A percepção dos atores culturais sobre o conceito de cultura como ferramenta para o desenvolvimento de políticas públicas culturais no município de Lavras - MG

CAMILA SOUZA ALVES ANDRADE
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

ELOISA HELENA DE SOUZA CABRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

LUCAS CANESTRI DE OLIVEIRA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS (UFLA)

Agradecimento à orgão de fomento:

Agradecimentos ao apoio concedido pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG.

A PERCEPÇÃO DOS ATORES CULTURAIS SOBRE O CONCEITO DE CULTURA COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NO MUNICÍPIO DE LAVRAS – MG

INTRODUÇÃO

Muitas definições podem ser atribuídas ao termo “cultura”, conferindo um caráter polissêmico (CUCHE, 1999). Segundo Canedo (2009), uma das definições sobre cultura refere-se à valorização do patrimônio cultural imaterial e dessa forma cultura seria em sentido amplo tudo aquilo relacionado à expressão de um povo, como um conjunto de hábitos, tradições, crenças e comportamentos construídos pelas relações efetivadas em uma sociedade. Outra concepção refere-se à cultura como um “fator de desenvolvimento social” pelo qual atividades socioeducativas seriam responsáveis pela “formação política e social dos indivíduos” (CANEDO, 2008, p. 43). A cultura também pode ser entendida como um “padrão de significados incorporados nas formas simbólicas” (THOMPSON, 2011, p. 176).

A compreensão do cenário cultural de uma sociedade é fundamental para que medidas sejam tomadas em benefício da população, pois percebemos que a cultura representa muito sobre a história, valores e manifestações enraizadas nas sociedades. Na mesma direção, também é importante considerar o papel das políticas culturais, uma vez que estas são responsáveis pela “preservação da memória da nação, a formação e difusão artísticas, bem como na economia” (ROMÃO NETTO, 2015, p. 1018). Assim, é fundamental que o poder público e os atores sociais com envolvimento na área cultural reflitam sobre o significado de cultura para estabelecer políticas públicas efetivas que atendam, de fato, às demandas culturais dos indivíduos, percebendo-a, para tal, conforme ressaltado por Calabre (2007, p. 9), como “bem da coletividade”.

Verifica-se que, no Brasil, as políticas públicas na área cultural ainda carecem de maior articulação e eficiência, se comparadas àquelas adotadas em outros países (ROMÃO NETTO, 2015). Há também um impasse sobre a caracterização dessas políticas, considerando “a dificuldade de se encontrar definições claras para a categoria ‘cultura’, bem como uma referência de quais sejam as delimitações percebidas como necessárias para as políticas públicas da área” (ROMÃO NETTO, 2015, p. 1018).

Refletindo sobre as manifestações culturais no município de Lavras, Minas Gerais, este trabalho busca lançar luz para a diversidade de referências e sentidos atribuídos ao termo *cultura* pelos próprios praticantes destas manifestações, artes e ofícios, aqui tipificados como *atores culturais*, ou seja, os indivíduos diretamente relacionados à condução das manifestações culturais, como músicos e produtores culturais, atores, artistas plásticos, poetas, bailarinos e coreógrafos, pintores, grafiteiros e artesãos.

Buscou-se apreender os sentidos atribuídos pelos assim denominados atores culturais ao serem perguntados sobre sua compreensão generalista a respeito do termo *cultura*. Sobre essa diversidade de sentidos, um conjunto de oito categorias criadas por meio de revisão bibliográfica foram relacionadas às respostas oferecidas à pergunta: “O que é cultura?”. A análise dos resultados confirmou a diversidade de significados contidos na palavra cultura e a necessidade de valorização desses indivíduos para o desenvolvimento da cultura no município.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Cultura é um termo com caráter polissêmico (CUCHE, 1999). Isto quer dizer que podem ser atribuídos vários significados à palavra. De acordo com Canedo (2009), a cultura é estudada a partir de várias áreas do conhecimento, sendo trabalhada a partir de diferentes perspectivas e, além disso, seu processo de desenvolvimento também pode ser considerado como um dos fatores responsáveis pela complexidade em defini-la.

De acordo com Laraia (2004), o que diferencia a evolução dos humanos e estabelece a diferença com outros animais em relação à natureza é a forma de adaptação. O autor afirma que para que os animais tenham condições de sobrevivência em seu *habitat*, eles passam por um longo processo de adaptação de sua estrutura física, de modo a se adequar ao ambiente em que estão inseridos. Essa adaptação para sobrevivência é diferente no caso dos seres humanos: eles adaptam o seu ambiente às suas demandas para que possam sobreviver, ou seja, desenvolvem sua cultura para a manutenção de sua existência (LARAIA, 2004).

Neste sentido, podemos afirmar que a cultura nos diferencia dos demais seres vivos na medida em que nossa percepção de mundo, nosso comportamento e nosso convívio são modificados junto à nossa evolução para a coexistência em sociedade. Assim, entende-se que:

Cultura é uma construção histórica, seja como concepção, seja como dimensão do processo social. Ou seja, cultura não é algo natural, não é uma decorrência de leis físicas ou biológicas. Ao contrário, a cultura é um produto coletivo da vida humana. Isso se aplica não apenas à percepção de cultura, mas também à sua relevância, à importância que passa a ter. Aplica-se ao conteúdo de cada cultura particular, produto da história de cada sociedade. (SANTOS, 1994, p. 37).

Para compreendermos os significados atribuídos à cultura, devemos também entender o processo de formação e desenvolvimento do termo ao longo dos anos (CUCHE, 1999). A palavra cultura tem origem no verbo em latim *colere*, que significa “cultivo” e “cuidado” (CHAUI, 2008, p. 55). Canedo (2008) complementa que esse cuidado, até o século XVI, se referia ao tratamento de animais ou das colheitas. A partir do século XVIII, o termo cultura voltou a ser disseminado, porém significando civilização no contexto do Iluminismo (CHAUI, 2008).

É nesse período iluminista na França do século XVIII que o termo passou a representar uma ideia oposta à de natureza, sendo a cultura entendida como “a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história” (CUCHE, 1999, p. 21). Prevalcia a ideia de *civilization*, que representava uma forma refinada de se comportar perante a sociedade, produzida pela nobreza através de encontros nos salões da aristocracia da época (MAIA; PEREIRA, 2009). Esta concepção reflete as “ideias de progresso, de evolução, de educação, de razão que estão no centro do pensamento da época” (CUCHE, 1999, p. 21).

Estudos mais sistemáticos sobre o termo também tiveram início na Alemanha do século XVIII, momento em que o país passava por uma separação política, em um contexto onde a cultura era tida como aspecto central para construção de uma identidade e unidade nacional (SANTOS, 1994). Surgiu nessa época, a partir da burguesia alemã, a ideia de *kultur*, que se diferenciava da expressão criada na França, pois representava manifestações que envolveriam sentimentos e comportamentos

autênticos e populares (MAIA; PEREIRA, 2009). Neste caso, a cultura pode ser entendida como algo mais espontâneo, sem sofrer influências dos padrões intelectuais estabelecidos por uma elite cultural, ou seja, o oposto da concepção tida pelos franceses ao relacionar cultura à civilização.

No século XIX, ocorreu uma evolução dos estudos científicos na medida em que a influência do pensamento e das explicações religiosas sobre os fenômenos naturais era reduzida (SANTOS, 1994). O conceito iluminista de cultura, sinônimo de civilização, foi retomado com os aportes da Antropologia, baseando-se nas ideias de progresso que serviam como ponto de partida para as ideias da Europa capitalista (CHAUI, 2008). Segundo Cuche (1999), enquanto os conceitos oriundos da França e da Alemanha tratavam da cultura de forma normativa ao ditar como ela deveria ser, o termo passou a ser tratado de forma descritiva pelos etnógrafos do século XIX ao tentar descrever o que ela de fato seria.

A partir do século XX, os estudos culturais foram aprofundados na medida em que os contatos entre as diferentes culturas iam sendo intensificados, o que não fez, porém, com que uma concepção precisa fosse criada. Pelo contrário, muitos outros sentidos foram desenvolvidos e são disseminados até hoje, uma vez que a cultura é comumente associada a estudo e educação, às manifestações artísticas, aos meios de comunicação de massa, às cerimônias tradicionais, às crenças e costumes e a várias outras concepções (SANTOS, 1994).

Tomás Millán (2000) entende que uma das concepções mais comuns a respeito do termo é a antropológica, que entende a cultura como um processo histórico de constituição dos costumes, valores e da tradição, particulares de cada região. Sob essa perspectiva, o núcleo essencial da cultura seriam as ideias tradicionais, geradas historicamente e os valores a ela vinculados. A cultura como sinônimo de tradição se refere à ideia de regularidade e padrão, pela qual ela seria “um agregado, ou, melhor ainda, um sistema coerente de pressões apoiadas por sanções, valores e normas interiorizados, e hábitos que asseguravam a repetitividade” (BAUMAN, 2012, p. 17).

Thompson (2011) afirma que um dos traços a distinguir os humanos dos animais seria a utilização de símbolos, no sentido de que apenas os humanos são capazes de produzir e receber expressões linguísticas mais complexas. O autor discorre que esse entendimento deu origem a estudos culturais baseados na ordem simbólica da sociedade e que tais estudos têm a preocupação de fazer uma interpretação qualitativa sobre os significados contidos nas práticas humanas ao invés de apenas descrevê-las e encaixá-las em certos padrões sociais. Em síntese, a cultura “é o padrão de significados incorporados nas formas simbólicas, que inclui ações, manifestações globais e objetos significativos de vários tipos, em virtude dos quais os indivíduos comunicam-se entre si e partilham suas experiências” (THOMPSON, 2011, p. 176).

Geertz (2008) busca estudar a cultura a partir de uma dimensão menos ampla e teoricamente mais completa. O autor assegura que, na medida em que o estudo da etnografia trata de analisar, perceber e interpretar os significados contidos nas ações e nos comportamentos presentes na realidade estudada, o mesmo ocorre com a cultura e o seu estudo, uma vez que a cultura se apresenta como algo complexo que depende da realidade a ser estudada. Sendo assim, a cultura seria um conjunto de teias de significados tecidas pelos humanos, devendo ser estudada “não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ, 2008, p. 4).

Thompson (2011) associa o desenvolvimento das formas simbólicas atuais ao surgimento dos meios de comunicação de massa, ao afirmar que, a partir do surgimento destes, ocorreu uma mediação da circulação e da produção das formas simbólicas, processo irreversível que moldou as sociedades modernas. Relacionando-se a esse contexto da globalização, Canedo (2008) apresenta em seu estudo uma nova concepção a respeito de cultura, entendendo-a como um fator de desenvolvimento humano ao analisá-la sob a perspectiva da Economia da Cultura, que por sua vez “estuda a influência dos valores, das crenças e dos hábitos culturais de uma sociedade em suas relações econômicas” (CANEDO, 2008, p. 41). Neste contexto e sob a perspectiva econômica, a cultura pode também assumir papel no desenvolvimento social:

Sob esta ótica, as atividades culturais são realizadas com intuítos socioeducativos diversos: para estimular atitudes críticas e o desejo de atuar politicamente; no apoio ao desenvolvimento cognitivo de portadores de necessidades especiais ou em atividades terapêuticas para pessoas com problemas de saúde; como ferramenta do sistema educacional a fim de incitar o interesse dos alunos; no auxílio ao enfrentamento de problemas sociais, como os altos índices de violência, a depredação urbana, a ressocialização de presos ou de jovens infratores (CANEDO, 2008, p. 42).

Após apresentarmos, de maneira geral, aspectos sobre a evolução histórica do termo cultura, percebemos a importância de seu estudo. Segundo Santos (1994), através da compreensão da cultura os indivíduos podem se identificar como seres sociais, questionar a realidade social e refletir sobre os motivos pelos quais se constituiu e se mantém em transformação sua própria realidade. O autor afirma que o estudo da cultura também possibilita a supressão de preconceitos devido ao entendimento sobre as “práticas, costumes, concepções e as transformações” de determinada sociedade (SANTOS, 1994, p. 8).

Segundo Calabre (2013), considerando a constante escassez de recursos financeiros enfrentada pelo setor público, a cultura por muitas vezes acaba recebendo menor valorização e prioridade, o que faz com que dificuldades sejam impostas à estruturação do setor cultural no Brasil. A autora afirma que há carência de recursos humanos qualificados bem como a insuficiência de iniciativas para a capacitação dos gestores que somadas às contínuas trocas de gestão no poder público que dificultam a continuidade das políticas. Em contrapartida, tal visão vem sendo, aos poucos, alterada, uma vez que estamos vivenciando um período de institucionalização do setor cultural principalmente em âmbito municipal, “com a criação de secretarias, [...] de conselhos de cultura, de fundações, de fundos de financiamento e de busca de formação mais qualificada para seus gestores” (CALABRE, 2013, p. 9).

METODOLOGIA

Para a execução deste estudo, foi feita uma análise do conteúdo de 188 questionários aplicados a diversos atores culturais da cidade de Lavras, durante o período de junho de 2016 a janeiro de 2018, através do projeto de extensão intitulado “Mapeamento Cultural do Município de Lavras”, da Universidade Federal de Lavras, pelo qual são mapeados e cadastrados no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais do Ministério da Cultura – SNIIC manifestações, artistas e

produtores culturais que desenvolvem atividades culturais nesta cidade. Busca-se, com o projeto, um diagnóstico em relação aos aspectos socioculturais e artísticos que possam contribuir para a construção de práticas de gestão cultural do município.

Os atores culturais, além de informarem dados sobre seu perfil, responderam ao seguinte questionamento: “O que é cultura?”. A partir de uma análise qualitativa, a percepção dos indivíduos sobre o conceito de cultura foi associada a oito categorias teóricas. Tais categorias servem como parâmetro para estudarmos as concepções dos atores e traçarmos possibilidades para a cadeia de cultura do município de Lavras, bem como para a compreensão sobre de que forma tais concepções poderão auxiliar no desenvolvimento da cultura na cidade. A seguir, apresentamos o Quadro 1 com as categorias teóricas, base para análise e discussão dos resultados:

Quadro 1 – Categorias Teóricas

CATEGORIA TEÓRICA	AUTOR/CORRENTE	CONCEITO DE CULTURA
CULTIVO	Definição inicial (século XVI)	Cultura como sinônimo de cultivo e cuidado, tendo origem no verbo em latim <i>colere</i> . Relaciona-se ao tratamento das colheitas, agricultura. Exemplo: “cultura da banana”.
ERUDIÇÃO	Escola francesa (Iluminismo do século XVIII)	Cultura como sinônimo de civilização, refinamento, instrução intelectual. Exemplo: “indivíduo culto”.
MANIFESTAÇÕES POPULARES	Escola alemã (século XVIII)	Cultura como sinônimo das manifestações autênticas e populares que não se relacionam a um padrão estabelecido por certos grupos intelectuais.
CONSTRUÇÃO COLETIVA DA SOCIEDADE	José Luiz dos Santos (1994)	Cultura como tudo aquilo que diferencia o comportamento humano do comportamento dos animais, que não é instintivo, mas sim produto da história humana enquanto sociedade.
EXPRESSÕES INTELLECTUAIS E ARTÍSTICAS	Denys Cuhe (1999)	Cultura como um conjunto de produções intelectuais e artísticas.
TRADIÇÃO	Tomás Millán (2000)	Cultura como um processo histórico de constituição dos costumes, valores e da

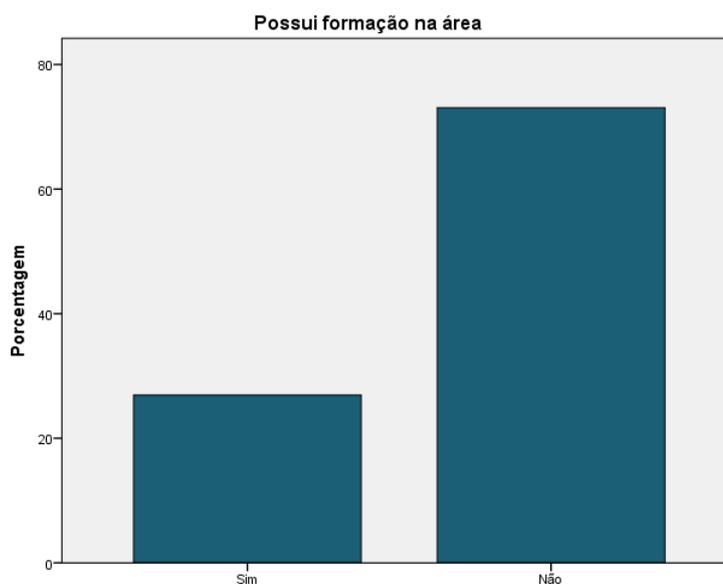
		tradição, particulares de cada região.
VALOR SIMBÓLICO	Clifford Geertz (2008)	Cultura como uma teia de significados. Um complexo de significados atribuídos através das relações entre os indivíduos, como um conjunto de sistemas simbólicos.
AGENTE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO	Daniele Canedo (2008)	Cultura como um fator de desenvolvimento social, sendo utilizada para a promoção de estímulos socioeducativos que contribuam para a formação social e política dos indivíduos.

Fonte: Autores (2018)

PERFIL DOS ENTREVISTADOS

Inicialmente, as informações coletadas através dos questionários aplicados aos 188 atores culturais foram transcritas em uma planilha Excel, de modo a facilitar a visualização dos dados. A partir da planilha, os dados foram tabulados, relacionados e analisados com o auxílio do *software* SPSS (Statistical Package for the Social Sciences). Apresentamos, a seguir, os dados mais relevantes a respeito do perfil dos entrevistados. Em relação à formação na área de atuação, do total entrevistados, 26,9% afirmaram possuir formação na área de atuação, e 73,1% indivíduos afirmaram não possuir nenhum tipo de curso de profissionalização para atuar na área cultural escolhida, conforme demonstrado no Gráfico 1:

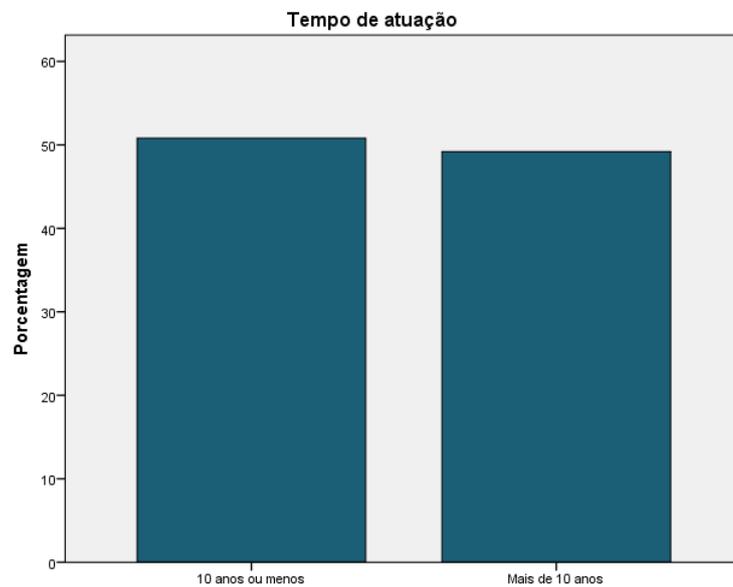
Gráfico 1 – Possui formação na área



Fonte: Autores (2018)

Quanto ao tempo de atuação na área cultural, 50,8% dos indivíduos possuem 10 anos ou menos de exercício, enquanto 49,2% atuam na área cultural a mais de 10 anos, de acordo com o Gráfico 2:

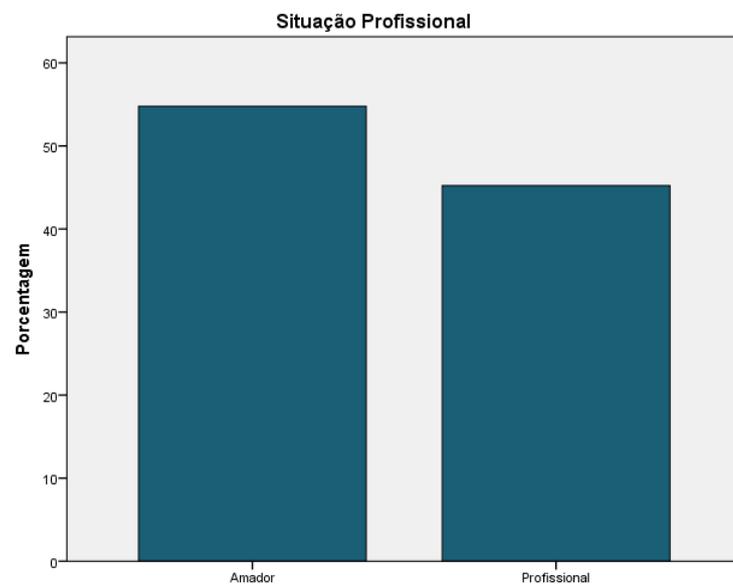
Gráfico 2 – Tempo de atuação



Fonte: Autores (2018)

Em relação à situação profissional dos entrevistados, 54,8% dos indivíduos são amadores e 45,2% são profissionais, conforme exibido no Gráfico 3:

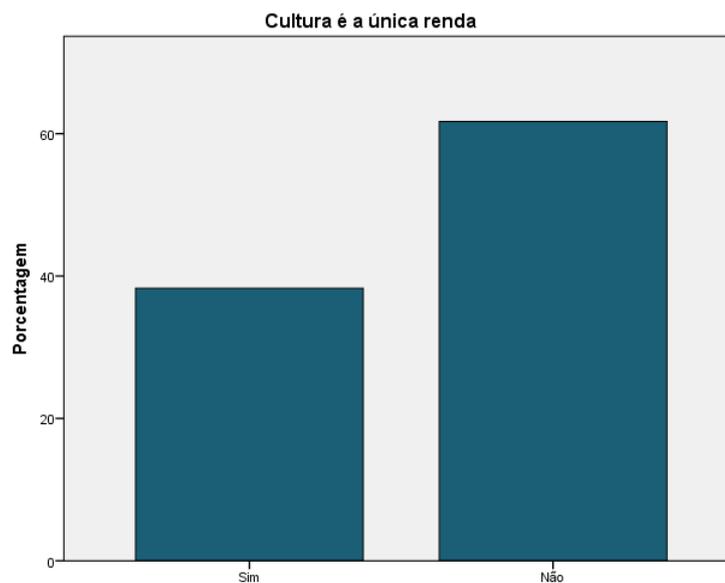
Gráfico 3 – Situação profissional



Fonte: Autores (2018)

A respeito da dimensão do trabalho dedicado à cultura enquanto atividade econômica, 38,3% atuam em regime de dedicação exclusiva, enquanto 61,7% realizam outras atividades como fonte complementar ou principal de renda, conforme demonstrado no Gráfico 4:

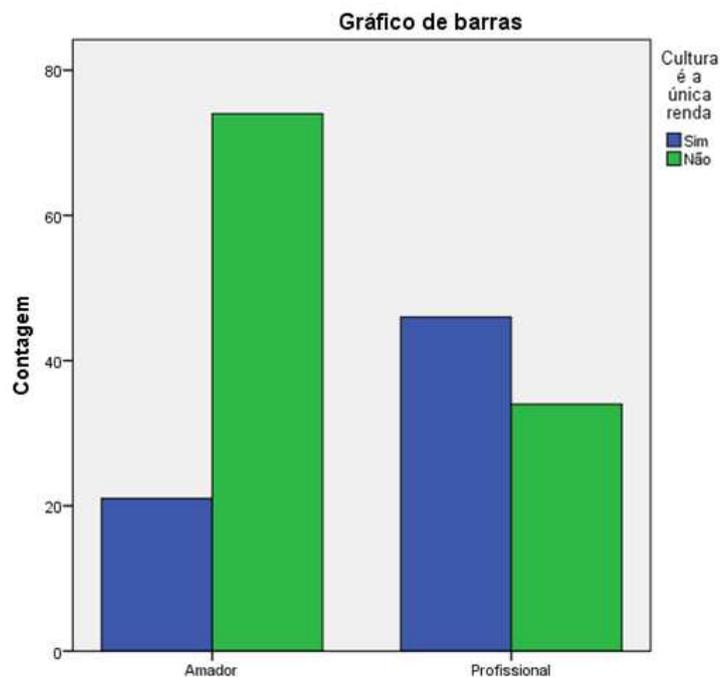
Gráfico 4 – Cultura como única fonte de renda



Fonte: Autores (2018)

A partir da análise entre a relação da situação profissional e da exclusividade ou não dos atores culturais na cultura, foi possível constatar que 77,9% dos amadores e 42,5% dos profissionais na cultura não possuem a atividade cultural como única fonte de renda, o que significa que a maioria dos amadores e uma quantidade considerável de profissionais não se sustentam exclusivamente através da cultura, conforme demonstrado no Gráfico 5:

Gráfico 5 – Relação Situação profissional X Cultura como única renda



Fonte: Autores (2018)

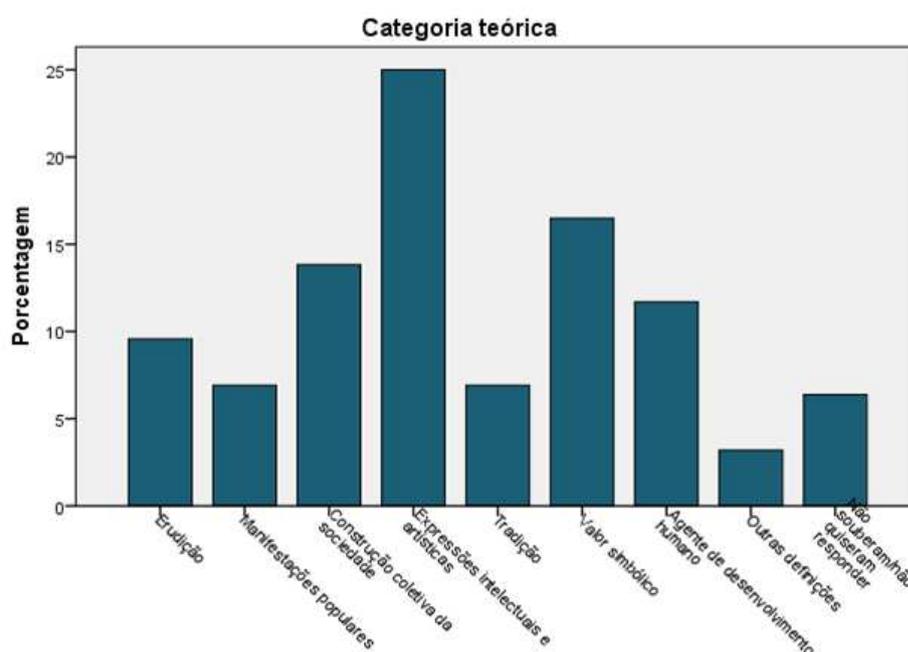
Segundo Moura (2010), os indivíduos denominados amadores exercem suas ocupações de modo a satisfazer interesses pessoais, sem que tal atividade seja considerada sua principal fonte de renda ou principal fonte de aprimoramento técnico. O autor ressalta que essa concepção pode propiciar distorções do conceito de amadorismo, uma vez que este é comumente associado ao trabalho iniciante e de pouca qualidade, porém, deve ser considerado que o amadorismo pode ser uma escolha do indivíduo ou até mesmo pode ocorrer devido ao fraco mercado de trabalho existente em determinadas áreas de atuação.

Sendo assim, entendemos que a atividade cultural como profissão no município ainda carece de oportunidades de qualificação profissional. Do mesmo modo, o mercado de trabalho relacionado à cultura carece de reconhecimento no município, o que pode ser identificado a partir da grande quantidade de indivíduos que possui outras fontes de renda.

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Ao confrontar as respostas dos atores culturais à pergunta: “O que é cultura?”, com as oito categorias teóricas mapeadas nesta pesquisa, (1) Cultivo, (2) Erudição, (3) Manifestações populares, (4) Construção coletiva da sociedade, (5) Expressões intelectuais e artísticas, (6) Tradição, (7) Valor simbólico e (8) Agente de desenvolvimento humano, encontramos o seguinte quadro: 9,6% dos indivíduos relacionados à categoria “Erudição”, 6,9% a “Manifestações populares”, 13,8% a “Construção coletiva da sociedade”, 25% a “Expressões intelectuais e artísticas”, 6,9% a “Tradição”, 16,5% a “Valor simbólico” e 11,7% a “Agente de desenvolvimento humano”. Nenhuma resposta pôde ser associada à categoria “Cultivo”. Por fim, 3,2% das respostas não puderam ser associadas a nenhuma categoria teórica desenvolvida neste trabalho, além de 6,4% indivíduos, que não souberam ou não quiseram responder ao questionamento. O resultado pode ser observado a partir do Gráfico 6:

Gráfico 6 – Categorias Teóricas



Fonte: Autores (2018)

Os indivíduos relacionados à categoria “Erudição” foram aqueles que associaram a cultura às diversas formas de conhecimento de um povo. Em relação à categoria “Manifestações populares”, a cultura foi percebida como as manifestações da identidade popular e a representação de valores e costumes regionais. Os indivíduos identificados à categoria “Construção coletiva da sociedade” associaram a cultura à história e à produção humana. Em relação às “Expressões intelectuais e artísticas”, a cultura foi percebida como a expressão de sentimentos por meio das artes. A cultura como sinônimo de “Tradição” foi entendida como a preservação de hábitos sociais e transmissão de conhecimentos através das gerações. A cultura como “Valor simbólico” foi relacionada pelos atores culturais às visões de mundo, estilos de vida, aos discursos e diálogos, memórias, relacionamentos e identificação simbólica dos indivíduos. Por fim, a categoria “Fator de desenvolvimento humano” foi percebida nas respostas que associaram a cultura à transformação social e desenvolvimento humano, à inserção dos indivíduos ao meio crítico, às formas de sustento e melhoria na qualidade de vida.

A partir da análise dos resultados, foi possível constatar que a percepção dos atores culturais de Lavras é um dos fatores que confirma a diversidade e complexidade inerente à cultura, objeto de estudo de diversos trabalhos (CUCHE, 1999; CANEDO, 2009; BAUMAN, 2012). Considerando serem os atores culturais uma parcela significativa da sociedade, detentora de direitos, é necessário o desenvolvimento de políticas públicas específicas para o atendimento das demandas desses indivíduos.

Nesse sentido, cabe ressaltar a importância da busca por uma democracia cultural (ou cidadania cultural) na gestão da cultura, que, de acordo com Canedo (2008, p. 43), “é uma concepção de gestão das ações para o setor que entende que a população é o alvo das políticas públicas e a maior conhecedora de suas reais necessidades”. Sendo assim, ao analisarmos qual o pensamento dos atores culturais de determinada localidade, poderemos fornecer alguns elementos necessários para uma gestão cultural de qualidade, que atenda, de fato, aos anseios da cadeia produtiva de cultura da qual fazem parte.

As concepções de cultura também são importantes no auxílio à elaboração e desenvolvimento de uma política pública. Segundo Rubim (2007), a definição de cultura inerente à política cultural tem reflexos sobre a sua abrangência. O autor afirma que, em toda política, também há uma concepção privilegiada sobre cultura e, entende-la é importante para o estudo do campo, uma vez que há, assim, um delineamento sobre a extensão do objeto das políticas e a definição das questões a serem enfrentadas por elas.

Segundo Silva e Mello (2017), a amplitude do conceito de cultura e a diversidade de percepções a seu respeito são fatores que corroboram para a fragilidade na definição do que seriam os direitos culturais, o que causa a dificuldade em assegurar esses direitos aos indivíduos. Nesse sentido, a diversidade de concepções relativas ao conceito de cultura deve ser considerada na elaboração das políticas culturais, uma vez que podem servir como ponto de partida para a definição dos direitos culturais e da amplitude das políticas.

Para que a percepção dos indivíduos seja considerada, entendemos que deve haver uma busca pela democratização do acesso às políticas públicas culturais, de modo a reduzir a predominância de certas concepções de cultura em detrimento de outras na elaboração dessas políticas. Segundo Chauí (2008), o poder público deve assegurar ao cidadão o direito ao acesso às obras culturais e à criação de tais obras, além do direito de participação na decisão sobre as políticas na área cultural, uma vez

que “no exercício do direito a cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural” (CHAUI, 2008, p. 66).

Segundo Canedo (2008), há pouca sensibilização por parte dos gestores públicos em relação à democracia cultural. A autora afirma que a cultura, nas limitadas oportunidades em que é discutida nas plataformas de governo, abrange somente as necessidades de lazer da população, algo que se torna mais grave no que tange aos governos municipais, uma vez que há poucos órgãos específicos para a cultura, que por sua vez enfrentam escassez de recursos físicos, humanos e financeiros. Percebe-se que a carência de visibilidade da cultura em meio à gestão pública se apresenta como um dos obstáculos à busca pela democracia cultural. Sendo assim, é necessário que a população seja envolvida nesse processo de reconhecimento dos atores culturais para que o poder público considere a necessidade do reconhecimento da cultura como política e como demanda da população.

A importância da cultura para o desenvolvimento local também pode ser considerada como um dos fatores que justificam o reconhecimento e a valorização dos atores culturais. Na atualidade, a globalização vem modificando o valor atribuído às manifestações culturais tradicionais, uma vez que não há a valorização do que se encontra em um contexto dinâmico (LÓSSIO; PEREIRA, 2007). Ou seja, com a produção dinâmica de tudo o que é consumido pela população, incluindo os bens culturais, em um meio pelo qual há a sempre a busca pela renovação e mudança para chamar a atenção dos consumidores, as formas tradicionais acabam sendo afetadas nesse processo, perdendo seu valor perante a sociedade. Nesse sentido, a cultura popular deve ser pensada a partir da perspectiva de desenvolvimento local, “considerando a vertente da geração de emprego, renda e negócios” (LÓSSIO; PEREIRA, 2007, p. 4).

Nesse sentido, também deve ser ressaltada a necessidade de profissionalização, que deve ser considerada não somente para aqueles que produzem a cultura diretamente, como também para todos aqueles envolvidos com a gestão da cultura, tanto através do setor público, quanto do setor privado. A profissionalização tem o papel de melhorar a qualidade da produção cultural, além de proporcionar uma emancipação dos indivíduos para que não haja uma dependência em relação ao Estado ou ao mercado. Afinal, o trabalho “é um meio de acesso a uma fonte de rendimento, mas também de integração e coesão social, de satisfação, realização pessoal e sentimento de autonomia individual” (MACIEL; MARQUES, 2008, p. 34). Em outras palavras, a profissionalização em cultura só tem a beneficiar os atores culturais e, conseqüentemente, a sociedade.

Sendo assim, acredita-se que o investimento no protagonismo dos atores culturais nas ações culturais do município de Lavras é o primeiro passo para que haja o reconhecimento e a valorização da cultura na localidade, tanto por parte do poder público como por parte da sociedade. Isso pode auxiliar na reversão da situação de pouca valorização dos atores culturais e carência de recursos destinados à cultura no município.

Considerando o caráter polissêmico da cultura, julgamos adequado que as variadas concepções a respeito da cultura sejam consideradas nos eventos culturais, de modo que tal diversidade de concepções seja demonstrada e trabalhada. Acredita-se também que muitas alternativas para o desenvolvimento da cultura em Lavras podem ser feitas a partir de uma parceria com o meio acadêmico, representado pelos projetos

de extensão universitária, e o poder público, representado pela gerência de cultura, e a sociedade civil, representada por todos os cidadãos.

Acredita-se que a promoção de eventos culturais que abranjam as mais diversas concepções de cultura constitui-se como um importante fator de promoção do desenvolvimento local, na medida em que são criados espaços para que ocorra o comércio dos bens culturais produzidos, a divulgação do trabalho dos atores culturais, proporcionando oportunidades de emprego e a construção de conhecimentos para a profissionalização dos atores, através da troca de experiências. Além disso, a visibilidade cultural do município também serve como fator de desenvolvimento do turismo na região.

CONCLUSÃO

Através do desenvolvimento deste trabalho, foram analisadas algumas concepções teóricas acerca do conceito de cultura, o que nos permitiu identificar a cultura como um termo com um longo e complexo processo de desenvolvimento que, conseqüentemente, lhe atribuiu um caráter polissêmico. Como parâmetro para a pesquisa, foram desenvolvidas oito categorias teóricas a respeito de cultura, baseadas nas concepções acadêmicas anteriormente apresentadas. Por fim, foi identificada a percepção dos atores culturais a respeito do conceito de cultura, que se apresentou como um importante fator para o desenvolvimento de uma gestão democrática e um bom planejamento das ações culturais em uma localidade.

Identificamos, a partir da análise dos questionários, que os atores culturais de Lavras entendem a cultura não somente como uma forma de expressão artística e intelectual, como também a percebem como sinônimo de erudição, manifestações populares, construção coletiva da sociedade, tradição, valor simbólico e agente de desenvolvimento humano. Também foi verificado que a cultura pode ser associada ao lazer, o que nos confirma a diversidade de significados que a cultura pode exprimir.

Considerando a complexidade da cultura, verificamos que as políticas culturais a serem desenvolvidas também deverão ser fruto de uma complexa análise para sua elaboração, uma vez que a percepção dos indivíduos sobre o que se espera da cultura pode assumir os mais variados contextos. É nesse sentido que se faz importante que na formulação e na execução de políticas públicas culturais seja priorizada a busca pelo estudo dos significados de cultura e sobre quais significados e vertentes serão focadas em sua construção.

Sendo assim, cabe destacar a importância da promoção da valorização dos atores culturais do município, uma vez que são sujeitos de direito e contribuem para o desenvolvimento local, preservam a tradição cultural e representam a identidade e a história local, além do fato de serem os mais indicados para contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas culturais na localidade, uma vez que estão inseridos na realidade cultural do município e a vivenciam diariamente.

Nesse sentido, é necessário que sejam criados meios para a participação na construção de políticas públicas e demais ações culturais. Ao valorizar os atores culturais, o poder público investe na valorização da cadeia produtiva de cultura, podendo gerir políticas que atendam aos anseios da população e, dentro dela, todos os envolvidos ao meio cultural, que por sua vez contribuem para a riqueza e pluralidade cultural na localidade, além de proporcionar um desenvolvimento local, gerando renda e oportunidades para a população.

Neste processo, percebemos a relevância do trabalho desenvolvido pelo projeto de extensão intitulado “Mapeamento Cultural do Município de Lavras” da

Universidade Federal de Lavras, que localiza os atores culturais do município, coleta seus dados e os lança no Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, SNIIC, do Ministério da Cultura. O projeto, ao cumprir com o seu papel como extensionista, aproximando a comunidade acadêmica à comunidade lavrense, também auxilia na identificação e valorização desses indivíduos, além de sua rica contribuição para o desenvolvimento de conteúdo acadêmico para beneficiar a sociedade e contribuir para a formação dos integrantes do grupo.

Acredita-se que, após o mapeamento dos atores culturais de Lavras, muitas ações podem ser desenvolvidas de modo a colaborar para o aprimoramento da cadeia produtiva de cultura, por meio da divulgação das ações dos atores culturais, palestras e coleta de dados para as políticas culturais em Lavras. Como consequência, também pode haver contribuições futuras para o desenvolvimento econômico e social do município, na medida em que a atividade cultural passa a ganhar visibilidade e investimentos, motivando reconhecimento por parte do poder público e da sociedade.

Por fim, ressaltamos que a análise da percepção dos atores culturais e a aproximação com esses indivíduos representa um trabalho muito gratificante. Ao analisarmos suas percepções, nos emocionamos junto com eles e conseguimos visualizar a importância da cultura na vida de cada um. Afinal, para muitos, ela representa uma fonte de renda, um meio de inclusão e transformação social e de difusão de conhecimento. Sendo assim, cabe a nós, integrantes da sociedade, atribuir o devido reconhecimento à cultura e a sua gestão para que esses atores também tenham sua devida valorização, gerando maiores oportunidades de trabalho, profissionalização, desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos, afinal, a cultura não é só produzida, mas também consumida, disseminada e transmitida através das gerações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Z. **Ensaio sobre o conceito de cultura**. 1 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

CALABRE, L. Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - ENECULT**, 3., Salvador. 2007. Disponível em: <http://www.guiacultural.unicamp.br/sites/default/files/calabre_1_politicas_culturais_no_brasil_balanco_e_perspectivas.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2017.

CALABRE, L. Relação Estado e Cultura. In: SECRETARIA DE CULTURA DO RIO DE JANEIRO. **Curso de Formação de Gestores Públicos e Agentes Culturais**. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<http://www.cultura.rj.gov.br/curso-gestores-agentes/estado-e-cultura-gestores>>. Acesso em: 23 jan. 2018.

CANEDO, D. P. **Cultura, democracia e participação social**: um estudo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia, 2008. Dissertação (Pós-graduação em Cultura e Sociedade)-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/10590>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

CANEDO, D. P. Cultura é o quê?: Reflexões sobre o conceito de cultura e a atuação dos poderes públicos. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura -**

ENECULT, 5., Salvador, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19353.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

CHAUÍ, M. Cultura e democracia. In: **Crítica y emancipación**, p. 53-76, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ojs/index.php/critica/article/view/195>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

CUCHE, D. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. 1 ed. Bauru: EDUSC, 1999.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. 1 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

LARAIA, R. de B. **Cultura: um conceito antropológico**. 14 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

LÓSSIO, R. A. R.; PEREIRA, C. de M. A importância da valorização da cultura popular para o desenvolvimento local. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares de Cultura – ENECULT**, 3., Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2007/RubiaRibeiroLossio_CesardeMendoncaPereira.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2017.

MACIEL, D. MARQUES, A. C. Do ganha-pão à valorização pessoal: a centralidade do trabalho na vida dos indivíduos. **Working Paper**, 43, p. 1-36. Lisboa: Centro de Investigação e Estudos de Sociologia. 2008. Disponível em: <https://repositorio.iscte.pt/bitstream/10071/718/1/CIES-WP43_Marques%20e%20Maciel_.pdf>. Acesso em: 20 mai. 2018.

MAIA, J. M. E; PEREIRA, L. F. A. **Pensando com a sociologia**. 1 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

MILLÁN, T. R. A. Para comprender el concepto de cultura. **UNAP Educación y desarrollo**, Vitória, v. 1, n. 1, p. 1-11, 2000. Disponível em: <http://sanchez-lengerke.com/mediateca/ova/ucm/dvd1/PLANEACION/CD/paq4/pdf/Austin_El_concepto_de_cultura.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2018.

MOURA, G. G. A. De quem é a cena: a regulamentação do exercício dos atores amadores e profissionais no Brasil. In: **Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - ENECULT**, 6., Salvador. 2010. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/wordpress/24850.pdf>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

ROMÃO NETTO, J. V. Gestão de políticas de cultura e qualidade da democracia: São Paulo, 10 anos de um modelo ainda em construção. **Revista de Administração Pública**, São Paulo, v. 49, n. 4, p. 1011-1037, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n4/0034-7612-rap-49-04-01011.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, G. M. (org.) **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. 1 ed. Salvador: EDUFBA, 2007, p 139-158. Disponível em:

<<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/139/4/Teorias%20e%20politicadas%20cultura.pdf#page=141>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

SANTOS, J. L. dos. **O que é cultura**. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SILVA, P. G. da; MELLO, S. C. B. de. Ministério da Cultura ou Ministério da Educação: qual o papel do Estado na cultura?. **Políticas Culturais em Revista**, Salvador, v. 9, n. 1, p. 57-73, 2017. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/viewFile/16723/13304>>. Acesso em: 15 nov. 2017.

SIMÕES, J. M.; VIEIRA, M. M. F. A influência do Estado e do mercado na administração da cultura no Brasil entre 1920 e 2002. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 215-237, 2010. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6923>>. Acesso em: 15 out. 2017.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.